

Influentes do Congresso vão fazer a Constituição

BRASILIA — Cerca de 80 políticos serão responsáveis pela redação, negociação e aprovação da futura Constituição. A maioria deles está hoje no Legislativo e os que pertencem aos partidos da Aliança Democrática ou devotam fidelidade (mesmo pertencendo a outros partidos) ao Governo ou contam com apoio de forte aliado em sua tentativa de reeleição: o Palácio do Planalto.

O papel de votar a Constituição será de 559 constituintes, mas a negociação para a aprovação será tarefa de grupo restrito composto de parlamentares com habilidade para formar consenso. Por isso, o Chefe do Gabinete Civil, Ministro Marco Maciel, costuma dizer que a preocupação do Planalto é menos com o número de seus Deputados do que com a sua qualidade.

O mesmo Maciel lembra história pitoresca que serve de caricatura para o papel dos formadores de consenso, dentro de um colegiado. Conta o Ministro que, certo dia, o Tribunal de Justiça de Pernambuco julgava importante matéria. Era o início da tarde de uma época em que a indústria ainda não havia dominado a tecnologia da refrigeração do ar. O interior do recinto era modorrento mas alguns Desembargadores, sentados de frente dos janelões que davam para a praia, eram bafejados pela brisa. E foi a um deles que se dirigiu o Presidente do Tribunal para indagar seu voto a respeito de determinada matéria.

Por coincidência, o Desembargador dormia a sono solto e, chamado pelo Presidente, respondeu atarantado: "eu voto com o Thomaz". Tratava-se do Desembargador Thomaz Wanderley que, àquela altura, ainda não emitira seu voto, mas como formador de consenso, tinha um seguidor. Ou vários.

E através dos Thomazes que o Palácio do Planalto pretende influir na elaboração da Constituição. A relação informal deles já existe e é respeitada. E basta examinar seu perfil ideológico ou funcional para imaginar que tipo de Constituinte o Brasil vai ganhar com a Nova República. Alguns foram ouvidos pelo GLOBO e, ainda sem consenso, oferecem subsídios que podem servir de reflexão para quem quiser se antecipar no tempo e fazer apreciações sobre a futura carta.

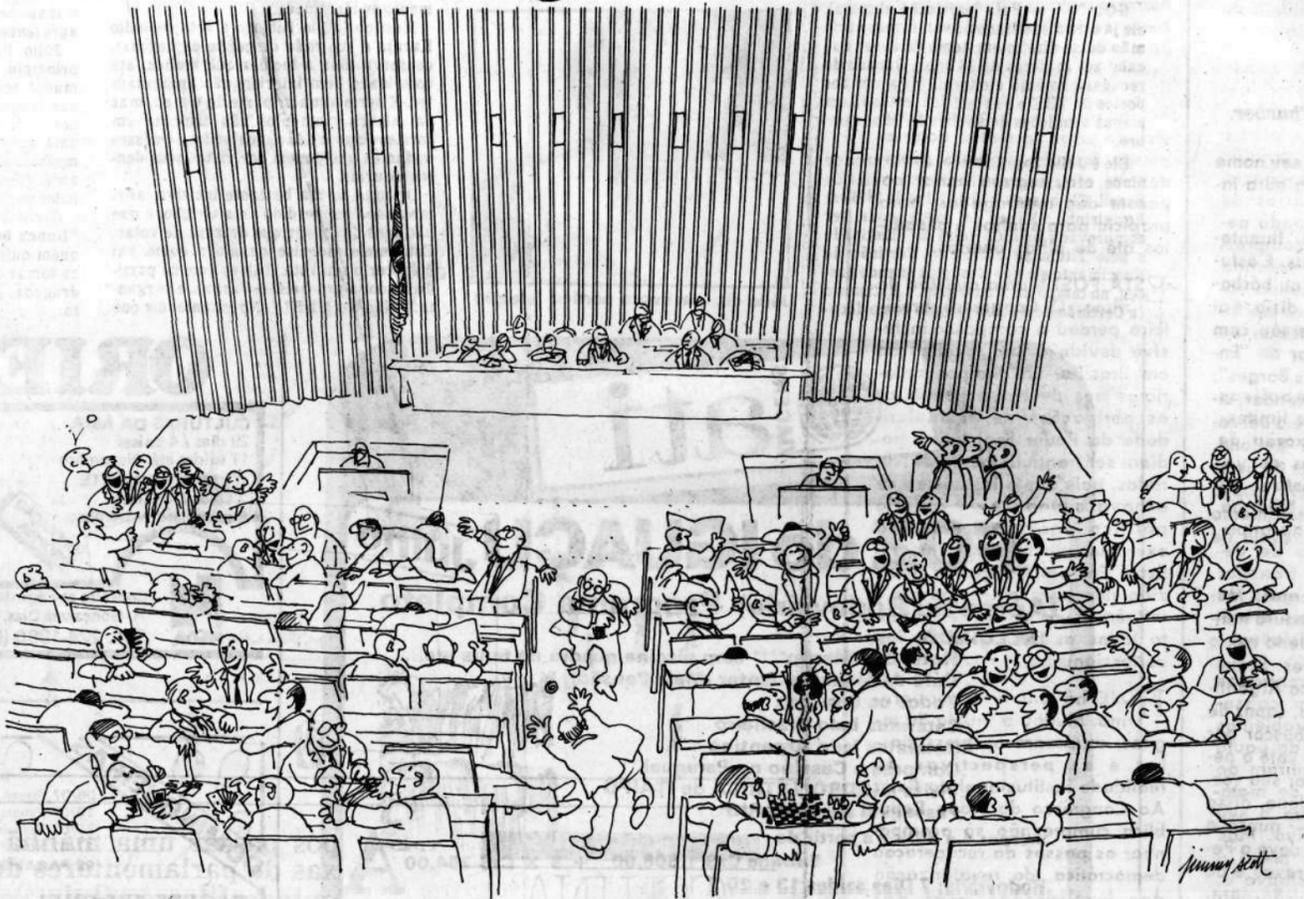
O Deputado Aírton Soares (PMDB-SP), um dos candidatos à reeleição com o apoio pessoal do Presidente Sarney, participa de tese de que uma pequena minoria toca o Congresso e o fará com relação à Constituinte, enquanto a grande maioria se acomoda no papel de massa de manobra.

Soares não espera grandes conquistas por parte desse grupo que comandará a elaboração da Constituição. Mas alimenta a esperança de que o Congresso avance sob a pressão de movimentos sociais, que atuarão paralelamente aos trabalhos dos constituintes.

Da orquestração desses movimentos — vaticina o Deputado — dependerá o grau de progresso da futura Constituição.

Aírton Soares não tributa maior importância a movimentos "exóticos", tipo UDR — União Democrática Ruralista — que, em sua opinião, terão influência muito limitada na Constituição exatamente porque defendem interesses setoriais diante de um colegiado que estará a serviço de bandeiras de consenso.

Aírton Soares não prevê dificuldades para o Presi-



dente Sarney compatibilizar a Constituição que idealiza com a desse grupo. Acredita que a grande preocupação de Sarney será a consolidação da transição política e a colocação do País no trilho das potências democráticas, o que, a seu ver, em nada se chocará com os ideais dos grupos progressistas, ainda que eles estejam imbuídos do projeto de situar o Brasil muito mais à vanguarda em outros campos.

Para o Deputado Hélio Duque (PMDB-PR), outro formador de consenso, e com reeleição praticamente assegurada, os 80 políticos apontados nesta relação, tem uma virtude comum: o espírito público. E, se depender desse grupo, prevê Hélio Duque, a livre iniciativa será fortalecida pelos constituintes. Mas a preocupação dominante será a busca de instrumentos políticos que ampliem o desenvolvimento econômico ao invés de simplesmente constituírem a política de crescimento. Uma das diferenças entre os dois estágios — crescimento e desenvolvimento econômico — apontada por Duque, e a de que o desenvolvimento econômico pressupõe o bem-estar dos cidadãos.

Quem não participa do entusiasmo peemedebista é o Deputado José Jorge (PFL-PE). Jorge considera como frustradas as expectativas de os partidos de vanguarda, como PT e os comunistas, elegerem bancadas de expressão.

Ao mesmo tempo, José Jorge critica o PMDB por andar em marcha batida para a direita, dando mais uma penada a favor do atrofamento dos segmentos populares de vanguarda. Se no plano nacional a tese de Jorge é discutível, no âmbito do seu Estado é absolutamente precedente: em lugar de vestais da esquerda, como Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos e Marcos Freire (todos fora de cogitação para concorrer à Constituinte), o PMDB pernambucano terá como candidatos os usineiros Antônio Faria e Marcos Queiróz, o industrial Fernando Bezerra Coelho e o Deputado Nilson Gibson, todos da direita.

Já o Deputado Pratiní de Moraes (PDS-RS), só parcialmente concorda com Duque e Jorge. Ele acha

que essa lista exibe forte conotação de centro, com tendência liberal no campo político e extremamente conservadora no campo econômico.

Segundo Pratiní, esse grupo propugnará pela manutenção do Executivo forte com predomínio sobre os demais poderes e poderá ampliar a interferência do Estado na economia, a ponto de instituir a estatização do sistema bancário. Pratiní se baseia, para chegar a essa conclusão, em duas "proezas" do atual Congresso: "esse grupo manteve o Congresso praticamente sem prerrogativas, num humilhante estado de debilidade, e, arroubo de liberalismo, esse mesmo Congresso afoxou de tal maneira a legislação partidária que hoje já não existem partidos".

Norton Macedo (PFL-PR), outro Deputado de retorno previsto e capaz de formar consenso dentro do Congresso, é otimista em relação à Constituinte. Ele discorda de Pratiní quanto à possível associação das omissões de ontem com as pretensões do futuro.

Macedo atribui a puro comodismo a manutenção do status quo do Congresso.

— Se vamos ter uma Constituinte — indaga Norton Macedo — por que não esperar para redefinir a composição dos poderes durante a Constituinte?

O Reitor da Universidade de Brasília, economista Christovam Buarque, um dos destaques da Comissão Affonso Arinos, ouvido em momento de graves tensões enfrentadas pela Universidade, era também um pessimista. Pelas previsões de Buarque, a futura Constituição ficará aquém da proposta da Comissão, que ele também situa muito aquém das ansiedades nacionais.

Buarque acredita que, no máximo, a Constituinte ampliará o poder dos civis sobre os militares. Fora disso, manterá o sistema de concentração e centralização do poder. Mas o Reitor prevê pelo menos uma virtude da Assembléia Nacional Constituinte:

— Como obra de uma assembleia eleita pelo povo, a Constituinte terá a legitimidade e o povo será o seu guardião, porque, afinal, a origem de sua concepção terá sido a manifestação popular do dia 15 de novembro.

Alguns formadores de consenso estão com a reeleição ameaçada

Os políticos relacionados a seguir são apontados no Palácio do Planalto e no Congresso como futuros responsáveis pela elaboração da Constituição. Uns poucos, como Delfim Neto, Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Magalhães e José Agripino, nunca exerceram mandatos parlamentares mas, em compensação, mostraram talento para formar consensos em outros setores.

Há os que entram apesar de jogarem em duas alternativas. É o caso do Senador Itamar Franco (PL-MG), candidato ao Governo de Minas Gerais. Se ele não for eleito, de qualquer modo poderá ser constituinte porque ainda tem quatro anos de mandato de Senador.

O Deputado Wolney Siqueira (PFL-GO) disputa o Senado na chapa encabeçada por Mauro Borges (PDC/PFL). Se Mauro vencer, o mais provável é que Siqueira também vença. Em caso de derrota, Mauro Borges será constituinte porque também tem quatro anos. Há casos delicados, como o do Líder do PDS, Amaral Neto, que reúne poucas condições de ganhar a eleição porque seu partido praticamente acabou no Rio.

Na avaliação do Governo, há outros que não entram na lista simplesmente porque se inclinam por disputar cargos em chapa majoritária como Governador, Vice ou suplente de Senador. E, em razão disso, não deverão ganhar mandato de Constituinte. Há finalmente o caso daqueles que serão influentes se seus

aliados importantes continuarem em posição de comando. São os casos de Pacheco Chaves (SP) e Heráclito Fortes (PI) que são influentes em função de suas ligações pessoais com o Deputado Ulysses Guimarães.

Eis a lista dos formadores de consenso:

Rio Grande do Sul Jorge Uequed (PMDB), Ibsen Pinheiro (PMDB), Matheus Schmidt (PDT), Nelson Marchezan (PDS), Pratiní de Moraes (PDS) Odacir Klein (PMDB) e Sinval Guazelli (PMDB).

Santa Catarina, Luiz Henrique (PMDB).

Paraná, Euclides Scalco (PMDB), Hélio Duque (PMDB), Norton Macedo (PR).

São Paulo, Aírton Soares (PMDB), Alberto Goldman (PCB), Armando Pinheiro (PTB), Cardoso Alves (PMDB), Delfim Neto (PDS), Flávio Bierrembach (PMDB), Francisco Amaral (PMDB), Freitas Nobre (PMDB), Gastone Righi (PTB), Irma Passoni (PT), Israel Dias Novaes (PMDB), José Genoíno (PT), Pacheco Chaves (PMDB), Ulysses Guimarães (PMDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Rio de Janeiro Adolfo Oliveira (PL) (ex-Deputado Federal), Alvaro Valle e Amaral Neto (PDS).

Minas Gerais Bonifácio Andrada e Israel Pinheiro Filho (PMDB), Jairo Magalhães (PFL), Melo Freire (PMDB), Milton Reis (PMDB), Oscar Correia (PFL) e Paulino Cicero (PFL). Bahia, Afrísio Vieira Lima (PFL), Carlos Santana (PMDB), Djalma Bessa (PFL), Elquinsson

Soares (PDT), Fernando Santana (PCB), Genbaldo Correia (PMDB), José Lourenço (PFL), Marcelo Cordeiro (PMDB) e Prisco Viana (PMDB).

Pernambuco, Cristina Tavares (PMDB), Ebydio Ferreira Lima (PMDB), Fernando Lyra (PMDB), Gonzaga Vasconcelos (PFL), Inocêncio Oliveira (PFL), José Jorge (PFL), Roberto Freire (PCB).

Paraíba, João Agripino. Ceará, Flávio Marcelino e Lúcio Alcantara. Piauí, Heráclito Fortes (PMDB) e Celso Barros (PFL). Pará, Gerson Peres, Jorge Arbage e Jarbas Passarinho. Alagoas, Alberico Cirdeuri e Thomaz Nonó.

Os Senadores são Carlos Chiarelli (PFL-RS), Nelson Wedekin (Deputado Federal será candidato pelo PMDB com apoio do partido), Affonso Camargo (PMDB-PR), José Riche (PMDB-PR), Mendes Canale (PMDB-MS), Roberto Campos (PDS MT), Mauro Borges (PDC) ou Wolney Siqueira (PFL), Severo Gomes (PMDB-SP), Fernando Henrique ou Almino Afonso (PMDB-SP), Itamar Franco, (MG), Gerson Camata (PMDB-ES), Luiz Viana (PMDB-BA), Lomanto Júnior (PFL-BA), Jutahy Magalhães (PFL-BA), Lourival Baptista (PFL-SE), Albano Franco (PFL-SE), Roberto Magalhães (PDS-PE), José Agripino (PFL-RN), Mauro Benevides (PMDB-CE), Virgílio Távora (PDS-CE), Hugo Napoleão (PFL-PI), Hélio Gueiros (PMDB-PA) e Aluizio Chaves (PFL-PA).

ANTONIO MARTINS